

20/03/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 727.410 SÃO PAULO

| | |
|-----------------------|---|
| RELATOR | : MIN. GILMAR MENDES |
| AGTE.(S) | : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO |
| AGDO.(A/S) | : ANTONIO ANDERI |
| ADV.(A/S) | : CLAUDIO DOS SANTOS |

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Direito Administrativo. 3. Servidor público civil. 4. Contagem do tempo de serviço como advogado e estagiário para fins de aposentadoria e disponibilidade no cargo de Procurador Municipal (Lei 10.182/86). 5. Regra de transição do art. 4º da EC 20/98. Possibilidade. Admissão de que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição. 6. Discussão acerca da necessidade de prévia averbação do período, por se tratar de suposta condição suspensiva para aquisição do direito. Inviabilidade. Necessidade de análise de legislação infraconstitucional, providência vedada no âmbito do recurso extraordinário. 7. Agravo regimental a que se nega seguimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 20 de março de 2012.

Ministro GILMAR MENDES

AI 727.410 AGR / SP

Relator

Documento assinado digitalmente

20/03/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 727.410 SÃO PAULO

| | |
|-----------------------|---|
| RELATOR | : MIN. GILMAR MENDES |
| AGTE.(S) | : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO |
| AGDO.(A/S) | : ANTONIO ANDERI |
| ADV.(A/S) | : CLAUDIO DOS SANTOS |

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de agravo regimental em agravo de instrumento contra decisão de fls. 149-150 que negou seguimento ao recurso, tendo em vista a ausência de violação constitucional. Confira-se o teor da decisão agravada:

“A discussão constante dos autos refere-se à possibilidade de averbação do período correspondente ao tempo de inscrição na OAB como advogado, inclusive aquele prestado na qualidade de estagiário, para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Colhe-se dos autos que o tempo que se pretende averbar corresponde ao período de 25.3.80 a 24.3.81 (na condição de estagiário) e de 26.6.81 a 24.3.82 (na qualidade de advogado).

Com efeito, o art. 4º da EC 20/98 determina:

‘Art. 4º - Observado o disposto no art. 40, §10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição’.

No caso, a legislação municipal (Lei 10.182/86) permitia a contagem do referido tempo ficto para fins de aposentadoria no cargo de Procurador Municipal; confira-se:

AI 727.410 AGR / SP

‘Art. 18 – Fica assegurado ao Procurador do Município o direito de averbar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, até o máximo de 5 (cinco) anos, o tempo de exercício da advocacia, desde que não concomitante com outro também computável, ou já computado, seja para a mesma finalidade, seja para todos os efeitos legais.

Parágrafo único – O tempo a que se refere este artigo incluirá o relativo as atividade de Solicitador Acadêmico e de Estagiário de Direito, e somente será averbado mediante prova de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB’.

Nesses termos, tendo em vista que o tempo que se pretende averbar deve ser considerado como tempo de contribuição por força da referida emenda constitucional, não se configura, no caso, violação constitucional a dar ensejo ao prosseguimento do presente apelo.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, §1º, do RISTF e 557 do CPC)”.

No agravo regimental, sustenta-se que o relator não poderia ter julgado o mérito do recurso extraordinário monocraticamente, por não haver jurisprudência pacífica sobre o assunto.

Alega-se ainda que o autor ainda não havia incorporado ao seu patrimônio o direito de contagem de tempo de advocacia e estágio como tempo de contribuição até 16.12.1998, data da entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 20/98, pois a aquisição do referido direito estava submetida à condição de deferimento da averbação pela Administração Municipal.

É o relatório.

20/03/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 727.410 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): O agravante não deduz argumentação capaz de alterar o resultado da decisão impugnada.

Como bem salientado pela decisão ora agravada, o art. 4º da Emenda Constitucional 20/98, ao estabelecer regra de transição, admite que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição.

Assim, tendo em vista que a Lei municipal n. 10.182/86 admite a contagem do referido período – 25.3.1980 a 24.3.1981 (na condição de estagiário) e 26.6.1981 a 24.3.1982 (na qualidade de advogado) – para fins de aposentadoria, não merece amparo a pretensão do recorrente.

Ademais, a discussão acerca da necessidade de prévia averbação do período, por se tratar de suposta condição suspensiva para aquisição do direito, demanda análise de legislação infraconstitucional (Lei municipal 10.182/86 e Código Civil), providência vedada no âmbito do recurso extraordinário. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

“Agravamento regimental em recurso extraordinário com agravamento. 2. Direito civil. Controvérsia restrita ao âmbito da legislação infraconstitucional (arts. 876 a 886 do Código Civil). Ofensa reflexa. 3. Incidência da Súmula 636. 4. Agravamento regimental a que se nega provimento. (ARE-AgR 649349, de minha relatoria, Segunda Turma, Dje 11.10.2011)

“Agravamento regimental no recurso extraordinário. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível em recurso

AI 727.410 AgR / SP

extraordinário a análise da legislação infraconstitucional e o reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 636 e 279/STF. 2. Agravo regimental não provido”. (RE-AgR 433.764, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, Dje 10.11.2011)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 727.410

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

AGDO.(A/S) : ANTONIO ANDERI

ADV.(A/S) : CLAUDIO DOS SANTOS

Decisão: negado provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 20.03.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Karima Batista Kassab
Coordenadora